

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democratica, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação organica (Do discurso do presidente Getulio Vargas)



Nitheroy

O tabellamento em Nitheroy

O Prefeito de Nitheroy acaba de se entender, mediante officio com o titular da Agricultura a respeito da criação de uma comissão de tabellamento de peças para os generos

de primeira necessidade, na vizinha capital.

A carestia da vida em Nitheroy é phenomeno identico ao que se verifica na capital da Republica.

De outro lado da bahia acontece exactamente o que se constata no Rio. Os mesmos abusos, os mesmos preços exorbitantes e a mesma tendencia do mercado a elevar cada vez mais o custo dos artigos de aliment-

tação.

Seria conveniente, no entanto, que a criação de uma comissão de tabellamento ali, obedecesse em linhas gerais as lições e aos exemplos do que se vem passando entre nós.

A municipalidade de Nitheroy ao crear o tabellamento precisa não perder de vista os reparos acima. E' que não bas-

ta tabellar-se os generos, mas sim, e principalmente exercer a mais energica fiscalização sobre a applicação dos dispositivos que regem o assumpto.

Considerem bem sobre este ponto as autoridades da vizinha capital se quiserem realmente colaborar no combate á carestia e aos exploradores da míngua economia popular.

Director:
PEDRO VERGARA

A NAÇÃO

Propriedade da EMPRESA JORNALISTICA "A NAÇÃO" LTDA.

Director-Gerente:
DJALMA AKAUAN

ANNO V

Rua 13 de Maio 35, 1.º andar

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1937

Telephone do D. de Publicidade: 42-1293

Num. 1483

Nova constituição para o Brasil

Em virtude das resoluções tomadas hontem pelo governo foram também dissolvidos a Camara e o Senado Federaes, assim como as Assembléas dos Estados e as Camaras Municipaes -- Todos os governadores com excepção dos srs. Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães, solidarios com o presidente da Republica -- Falam ao Paiz e ao Exército o presidente da Republica e o ministro da Guerra --- Assumiram os governos da Bahia e Pernambuco os coroneis Villanova e Fernando Dantas

HONTem, pela manhã, realizou-se no Palacio Guanabara convocada pelo sr. Presidente da Republica, doutor Getulio Vargas, uma reunião collectiva do Ministerio.

Terminada a reunião, o gabinete do sr. Chefe de Polícia forneceu á imprensa a seguinte nota: "Regredando da reunião realizada hontem pela manhã no Palacio Guanabara, o sr. Ministro da Justiça declarou aos representantes da imprensa acreditados junto ao seu gabinete que acabava de ser promulgada a nova Constituição.

Logo após a promulgação, foram chamados a dissolver-se o Senado e a Camara Federaes, bem como as Assembléas Legislativas dos Estados e as Camaras Municipaes.

PROCLAMAÇÃO DO MINISTRO DA GUERRA AO EXERCITO

A's primeiras horas da tarde, foi dado, igualmente, conhecimento aos jornais do seguinte telegrama-circular remetido pelo sr. Ministro da Guerra, general Gaspar Dutra, aos Commandantes das Regiões Militares:

"TELEGRAMMA CIRCULAR AOS COMMANDANTES DE REGIÕES MILITARES, EXPEDIDO HOJE (10) A'S 11 HS. 30

Urgentissimo -- N. 1.332 A -- Acaba ser decretada a nova Constituição Federal (vix) assignada pelo Presidente da Republica e por todo o Ministerio (pt). Entrará em vigor desde já (pt). Segue Proclamação dirigida ao Exército pelo Ministro da Guerra (pt). Absoluta calma nesta Capital e em todo paiz (pt). Saudações. (a.) General EURICO DUTRA -- Ministro da Guerra.

"AO EXERCITO"

Agitam-se os órgãos politicos da Nação em busca de uma formula que assegure a ordem material e a tranquillidade dos espiritos.

Ansia o povo por uma orientação que lhe perpetue o viver pacifico e laborioso, nos seus habitos de disciplina e serenidade.

Aspiram as classes trabalhadoras a garantia do desenvolvimento normal de suas actividades productivas.

Ha, não ha negar, um desejo ardente de paz.

Não poderão, portanto, os raros proselytos da desordem ou os inveterados demolidores, abalar o edificio nacional que o nosso patriotismo vai aprimorando em suas magnificas linhas.

Cabe, porém, ao Exército, cabe ás forças armadas não permitir que essas aspirações de paz, de ordem, de trabalho sejam frustradas por eternos inimigos da Patria e do regimen.

Para isso é necessario uma orientação precisa, definida.

Paixões partidarias podem entretrechar-se. Conflitos ideologicos podem entrar em ebulição. Interesses pessoais e de agrupamentos podem resoar em debates. Questões regionaes podem ser transidas á arena.

Tudo isso pôde acontecer. Mas de tudo isso o Exército deve estar livre de contaminação.

Não lhe faltarão tentações maldosas e intelligentemente articuladas. As suas virtudes serão exaltadas na lousa dos seductores.

Cumpra, porém, resistir.

Não lhe cabe, ao Exército, influir nos destinos politicos de que os politicos se incumbem. Não é esta a sua missão. Muito mais simples, nem por isso deixa ella de ser mais nobre.

Cumpra-lhe, neste momento de incertezas, salvaguardar os interesses da patria, fiel a estas posturas: obediência, disciplina, trabalho, instrução, serenidade, discreção, abnegação, renúncia, patriotismo em summa.



Do alto: -- Aspecto da reunião de jornalistas no Ministerio da Justiça, vendo-se ao centro o ministro Francisco Campos, rodeado de profissionais da imprensa desta ao novo brasileiro. Em baixo: -- No Palacio Guanabara, no momento em que o sr. presidente da Republica, o microphone, falava

Si os arraiaes da politica se agitam em busca de uma solução que a todos satisfaga, si, na impossibilidade de atingirem o fim almejado, recorrem a medidas de excepção, si, descrentes dos ensaios esboçados, apegam-se a delirantes soluções singulares -- o espirito publico contrasta em uma tranquillidade aparentemente paradoxal.

E isto porque?

Porque o Exército, as forças armadas na Nação mostram-se cohesas e circumspectas ás suas legitimas finalidades. Guardiões da ordem interna, atentas e vigilantes, leais de paixões e de odios, prontas para attenderem ao primeiro commando dos chefes, é assim que a sociedade as vê e é por isso que nelas confia.

O panorama que se desdobra no cenário da politica interna não foi por ellas creado; os desencadear das facções em pugna não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

O que ellas têm feito, o que continuam a fazer é oppor um dique ás explosões que se preparam e constituir barreira ás ambições partidarias, ás expulções dos facções em pugna, não foram por ellas fomentados; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhes cabe responsabilidade.

Órgãos competentes na materia consideram melhor attender ás exigências do momento actual.

Percebendo as lacunas e deficiências do estatuto de 1934, inspirado em principios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir, novos rumos são traçados ao nosso regime democratico.

melhor aparelhado para a constituição federativa.

Recebemos dos órgãos nacionais habilitados pela missão politica de que estão investidos. So nos cabe ataca-lo deixando que livremente sobre elle se manifestem, no ambiente de paz que nos cumpre manter, os órgãos da soberania nacional legitimamente autorizados.

Qualquer perturbação da ordem será uma brecha para os inimigos da Patria, para os adversarios do regime democratico que nos aguarda. Cumpra-nos, então, a obrigação com serenidade e com firmeza a missão que nos corresponde.

Si assim procedermos, em nos continuará confiando a sociedade brasileira, garantia que somos de sua tranquillidade e prosperidade incontestes: a Patria e o regime repousarão sob nossa guarda. Teremos força e cohesão para cumprir as attribuições que nos são proprias em defesa da ordem interna, da integridade politica, da soberania nacional.

E' esta a nossa missão. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

(a) -- General Eurico Gaspar Dutra -- ministro da Guerra.

A NOVA CONSTITUIÇÃO

De accordo com o noticiado na communicação official do Palacio da Relação, foi, após, entregue á imprensa o texto da nova constituição de conformidade com o novo Estatuto basico, promulgado pelo sr. presidente da Republica e por elle e pelos ministros assignados em reunião de manhã.

Damos em outro local, com destaque, o texto deza Carta que se acha em vigor, a partir de hontem, e a qual, se terão que portar, durante os destinos do Paiz.

FALA AO PAIZ O PRESIDENTE DA REPUBLICA

A's vint e duas horas, -- conforme se annunciara -- o sr. presidente da Republica, doutor Getulio Vargas, falou ao Paiz, pelo radio, dando as razões da transformação operada.

O MOVIMENTO NO QUARTEL GENERAL DO EXERCITO

Durante todo o dia de hontem, foi grande o movimento de officiaes, inclusive officiaes-generaes, nos ministerios da Guerra e da

Tradições que permaneceram das constituições de 1924 a 1936. Democracia, representação popular directa e indirecta. Inexistencia de quaesquer preconceitos. Manutenção do habes corpus. Irretroactividade da lei. Paz, Justiça e Trabalho

DIARIO Official publicou hontem a nova Constituição federal brasileira promulgada por acto também com data de hontem e assignada pelo Presidente da Republica, sr. Getulio Vargas e ministros do Estado.

A nova Constituição conserva em linhas gerais as tradições politicas sob que se constituiu a Nação. A representação popular directa para o vida municipal e indirecta para o vida estadual, está assegurada.

O 5.º unico do art. 5.º, autoriza o plebiscito das populações interessadas, por deliberação do Presidente da Republica. O art. 6.º capacita a União para, em interesse da defesa nacional, crear com partes desmembradas dos Estados, territorios federaes, cujo administração será regulado em lei especial.

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

(Conclue na 4.ª pagina)

O discurso do presidente da Republica

Foram as seguintes as palavras dirigidas pelo Presidente Getulio Vargas á Nação, ás 20 horas de hontem, pela microphone do Departamento Nacional de Propaganda e irradiadas por toda a rede nacional de emissoras:

"A NAÇÃO

O homem de Estado, quando as circunstancias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do paiz, acima das deliberações ordinarias da actividade governamental, não pode fugir ao dever de tomar a, assumindo, perante a sua consciência e a consciencia dos seus concidadãos, as responsabilidades inherentes á alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investitura na suprema direcção dos negocios publicos não envolve, apenas, a obrigatoriedade de cuidar e prover ás necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento historico e as solicitações do interesse colectivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adopção de medidas que affectam os pressupostos e convenções do regime: os proprios quadros, instituições, os processos e métodos do governo.

Por certo, essa situação especialissima so se caracteriza, sob aspectos graves e decisivos, nos períodos de profunda perturbação politica, economica e social.

A contingencia de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultado de acontecimentos conhecidos, estranhos á acção governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

Orjundo de um movimento revolucionario de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração economica e financeira, e fiel ás convenções do regime, procurou criar, pelo alijamento das competições partidarias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propicia ao desenvolvimento das instituições democraticas.

Emquanto assim procedia, na esfera estritamente politica, afeita a obra de justiça a que se votara desde o seu advento, pôde, em pratica, um programa isento de perturbações e capaz de attender ás justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferencias ás convenientes ás garantias elementares de estabilidade e segurança economica, sem as quaes não pôde o individuo tornar-se útil á colectividade e compartilhar dos beneficios da civilização.

Contrastando com as directrices governamentais, inspiradas sempre no sentido constructivo e propulsor das actividades geraes, os quadros politicos permaneciam adstritos aos similes processos de alijamento politico.

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rotulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se á sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empunhados na partilha dos despojos e nas combinações opportunistas em torno de objectivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos politicos, que consiste em dar expressão e reduzir á principios do governo as aspirações e necessidades collectivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, não se dá, não se exerce, se não nos agrupamentos partidarios

(Conclue na 4.ª pagina)

(Conclue na 2.ª pag.)

TEXTO DA CONSTITUÇÃO

É o seguinte, na íntegra, o texto da nova Constituição:

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Atendendo ao povo brasileiro, a paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos factores de desordem, resultantes da crescente agitação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta ameaça da guerra civil;

Atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, mediante métodos de carácter radical e permanente;

Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas deante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar a Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política, social, e econômica, necessárias a sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade;

Declarando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o país:

*Constituição dos Estados Unidos do Brasil

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Art. 1º O Brasil é uma república. O poder político emana do povo e é exercido em nome dele e no interesse do seu bem estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade.

Art. 2º A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.

Art. 3º O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. É mantida a sua actual divisão política e territorial.

Art. 4º O território federal compreende os territórios dos Estados e os directamente administrados pela União, podendo acrescer com novos territórios que a elle venham a incorporar-se por aquisição conforme as regras do direito internacional.

Art. 5º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para annexar-se a outros, ou formar novos Estados mediante a aquiescência das respectivas Assembléas Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas e aprovação do Parlamento Nacional.

Parágrafo único. A resolução do Parlamento poderá ser submetida pelo presidente da República ao plebiscito das populações interessadas.

Art. 6º A União poderá criar no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federados, cuja administração será regulada em lei especial.

Art. 7º O actual Distrito Federal, emquanto sede do Governo da República, será administrado pela União.

Art. 8º A cada Estado caberá organizar os serviços do seu peculiar interesse e custeal-os com os seus próprios recursos.

Parágrafo único. O Estado que, por três annos consecutivos, não averbas receita suficiente a manutenção dos seus serviços, será transformado em território até o restabelecimento de sua capacidade financeira.

Art. 9º O Governo Federal intervirá nos Estados mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um interventor, que assumirá no Estado as funções que pela sua Constituição competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República.

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional ou de um Estado em outro, bem como para repeller uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado quando, por qualquer motivo, um dos seus poderes estiver impedido de funcionar;

d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois annos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada, ou que, passado um anno do vencimento não houver resgatado empréstimo contratado com a União;

e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais:

1.ª forma republicana e representativa de governo;

2.ª governo presidencial;

3.ª direitos e garantias asseguradas na Constituição;

f) para assegurar a execução das leis e sentenças federais;

Parágrafo único. A intervenção será do Presidente da República nos casos das letras a, b, e c; da Câmara dos Deputados no caso das letras d e e; do Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal no caso da letra f.

Art. 10 — Os Estados têm a obrigação de providenciar, na esphera da sua competência, as medidas necessárias à execução dos tratados comerciais concluídos pela União. Si o não fizerem em tempo útil, a competência se devolverá à União.

Art. 11 — A lei, quando de iniciativa do Parlamento, limitar-se-á a regular, de modo geral, a distribuição de bens, a substância e os princípios, a matéria que constitua o seu objecto. O Poder Executivo

expedirá os regulamentos complementares.

Art. 12 — O Presidente da República pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-leis mediante as condições e nos limites fixados pelo acto de autorização.

Art. 13 — O Presidente da República, nos períodos de recesso do Parlamento ou de dissolução da Câmara dos Deputados, poderá, si o exigirem as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sobre as matérias de competência legislativa da União exceptuadas as seguintes:

a) modificações à Constituição;

b) legislação eleitoral;

c) organogramas;

d) impostos;

e) instituição de monopólios;

f) moeda;

g) empréstimos públicos;

h) alienação onerosa de bens imóveis da União.

Parágrafo único. — Os decretos-leis para serem expedidos dependem de parecer do Conselho da Economia Nacional, nas matérias da sua competência consultiva.

Art. 14 — O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização do governo e da administração federal, o commando supremo e a organização das forças armadas.

Art. 15 — Compete privativamente à União:

I — manter relações com os Estados estrangeiros, nomear os membros do corpo diplomático e consular, celebrar tratados e convenções internacionais;

II — declarar a guerra e fazer a paz;

III — resolver definitivamente sobre os limites do território nacional;

IV — organizar a defesa exterior, as forças armadas, a polícia e segurança das fronteiras;

V — autorizar a produção e fiscalizar o commercio de material de guerra de qualquer natureza;

VI — manter o serviço de correios;

VII — explorar ou dar em concessão os serviços de telegraphos, radio-communication e navegação aérea, inclusive as instalações de pouso, bem como as vias aéreas que tenham directamente portos marítimos a fronteiras nacionais, ou transponham os limites de um Estado;

VIII — criar e manter alfândegas e entrepostos e prover os serviços da polícia marítima e portuária;

IX — fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as directrizes a que deve obedecer a formação física, intellectual e moral da infancia e da juventude;

X — fazer o recenseamento geral da população;

XI — conceder amnistia.

Art. 16 Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

I — Os limites dos Estados entre si, do Distrito Federal e do Distrito Nacional com as nações limitrophas;

II — A defesa exterior, comprehendida a politica e segurança das fronteiras;

III — A naturalização, a entrada no território nacional e saída de território, a emigração e imigração, os passaportes, a expulsão de estrangeiros do território nacional e prohibição de permanencia ou de estado no mesmo, a extradição;

IV — A produção, e o commercio de armas, munições e explosivos;

V — O bem estar, a ordem, a tranquillidade e a segurança publicas quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme;

VI — As finanças federais, as questões de moeda, de credito, de bolsa e de banco;

VII — Commercio exterior e inter-estadual, cambio e transferência de valores para fora do país;

VIII — Os monopólios ou estatização de indústrias;

IX — Os pesos e medidas, os modelos, o titulo e a garantia dos metais preciosos;

X — Correios, telegraphos e radio-communication;

XI — As communicações, e os transportes por via férrea, via d'agua, via aérea ou estradas de rodagem, desde que tenham caracter internacional ou inter-estadual;

XII — A navegação de cabotagem, com permissão esta, quanto a mercadorias, os navios nacionais;

XIII — Alfândegas e entrepostos, a policia marítima e portuária, e as vias fluviaes;

XIV — Os bens do dominio federal: minas, metallurgia, energia hydro-elctrica, aguas, florestas, caça e pesca e sua exploração;

XV — A unificação e standardização dos estabelecimentos e instalações electricas, bem como as medidas de segurança a serem adoptadas nas indústrias de produção de energia electrica; o regime das linhas para as correntes de alta tensão, quando as mesmas transponham os limites de um Estado;

XVI — O direito civil, o direito commercial, o direito aereo, o direito penal, o direito penal e o direito processual;

XVII — O regime de seguros e sua fiscalização;

XVIII — O regime dos theatros e cinematographos;

XIX — As cooperativas e instituições destinadas a recolher e empregar a economia popular;

Art. 17. Nas matérias de competência da União, a lei poderá delegar aos Estados a faculdade de legislar, seja para regular a materia, seja para supprir as lacunas da legislação federal quando se trate de questão que interesse, de maneira predominante, a um ou alguns Estados. Nesse caso, a lei votada pela Assembléa Estadual ou entrará em vigor mediante aprovação do Governo Federal.

Art. 18. Independentemente de autorização, os Estados podem legislar, no caso de haver lei federal sobre a materia, para supprir-lhe as deficiencias ou attender as peculiaridades locais, desde que não dispensem ou diminuam as exigencias da lei federal, ou em não havendo lei federal, e até que esta se regule, sobre os seguintes assumptos:

a) riquezas do sub-solo, mineração, metallurgia, aguas, energia hydro-elctrica, florestas, caça e pesca e sua exploração;

b) radio-communication; regime de electricidade, salvo o disposto no art. XV do art. 16;

c) estatuidas publicas, obras de hygiene popular, casas de saúde, clinicas, estações de clima e fontes medicinales;

d) organizações publicas, com o fim de conciliação extra-judicial, dos litígios ou sua decisão arbitral;

e) medidas de policia para a protecção das plantas e dos rebanhos contra as molestias ou agentes nocivos;

f) credito agrícola, incluidas as cooperativas entre agricultores; o processo judicial ou extra-judicial;

Parágrafo único. Tanto nos casos deste artigo, como no do artigo anterior, desde que o Poder Legislativo Federal ou o Presidente da República haja expedido lei ou regulamento sobre a materia, os Estados não poderão, nas partes em que for incompativel com a lei ou regulamento federal.

Art. 19. A lei pode estabelecer que serviços de competência federal sejam de execução estadual; neste caso, o Poder Executivo Federal caberá expedir regulamentos e instruções que os Estados devam observar na execução dos serviços.

Art. 20. E da competência privada da União:

I — Decretar impostos;

a) sobre a importação de mercadorias de procedencia estrangeira;

b) de consumo de quaisquer mercadorias;

c) de renda e proventos de qualquer natureza;

d) de transferencia de fundos para o exterior;

e) sobre actos emanados do seu governo, negocios da sua economia e instrumentos ou contratos regulados por lei federal;

f) nos Territórios, os que a Constituição attribue aos Estados;

g) Cobrança de taxas, emphyteusas, postagens, de outros serviços federais: de entrada, saída e estadia de navios e aeronaves, sendo livre o commercio de cabotagem nas mercadorias nacionais e as estrangeiras, que já tenham pago imposto de exportação.

Art. 21. Compete privativamente aos Estados:

I. decretar a Constituição e as leis por que devem reger-se;

II. exercer todo e qualquer poder que lhes não for negado expressa ou implicitamente, por esta Constituição;

Art. 22. Mediante accordo com o Governo Federal, o Poder dos Estados delegar a funcionarios da União a competência para a execução de leis, serviços, actos ou decisaes do seu governo.

Art. 23. E da competência exclusiva dos Estados:

I. a decretação de impostos sobre:

a) a propriedade territorial excepto a urbana;

b) transmissão de propriedade "causa mortis";

c) transmissão da propriedade imovel inter-vivos, inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade;

d) vendas e consignações effectuadas por commerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor como tal definido em lei estadual;

e) exportação de mercadorias de sua produção até o maximo de dez por cento "ad valorem", vedada a qualquer outra;

f) indústrias e profissões;

g) actos emanados do seu governo e negocios da sua economia, ou regulados por lei estadual;

II. cobrar taxas de serviços estaduais;

1.º O imposto de vendas será uniforme, sem distincção de procedencia, destino ou especie de productos;

2.º O imposto de indústrias e profissões será lançado pelo Estado e arrecadado por este e pelo Municipio em partes iguais;

3.º Em casos excepcionaes e com o consentimento do Conselho Federal, o imposto de exportação poderá ser augmentado temporariamente além do limite de que trata a letra e do n.º 1;

4.º O imposto sobre a transmissão dos bens corporeos cabe ao Estado em cujo territorio se achem situados; e o de transmissão "causa mortis" de bens incorporeos, inclusive de titulos e creditos ao Estado onde se tiver aberto a successão. Quando esta se houver aberto em outro Estado ou no estrangeiro, será devido o imposto ao Estado em cujo territorio os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros;

Art. 24. Os Estados poderão crear outros impostos, e vedada a exclusão de um imposto, prevalecendo o imposto decretado pela União quando a competência for concorrente. E da competência do Conselho Federal, por iniciativa propria ou mediante representação do contribuinte, declarar a existência da bi-tributação, suspendendo a cobrança do tributo estadual;

Art. 25. O territorio nacional constituirá uma unidade do ponto de vista alfandegario, economico e commercial, não podendo no seu interior estabelecer-se quaisquer barreiras alfandegarias ou outras limitações ao trafego, vedado aos Estados cobrarem, sob qualquer denominação, impostos inter-estaduales, inter-municipaes, de viação ou de transporte, que gravem ou per-

turbem a livre circulação de bens ou de pessoas, e dos vehiculos que os transportarem.

Art. 26. Os municipios serão organizados de forma a serem-lhes assegurada autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e especialmente:

a) a escolha dos vereadores pelo suffragio directo dos municipios alistados eleitores na forma da lei;

b) a decretação dos impostos e taxas attribuídos a sua competência por esta Constituição e pelas Constituições e leis dos Estados;

c) a organização dos serviços publicos de caracter local;

Art. 27. O prefeito será de livre nomeação do governador do Estado.

Art. 28. Além dos attribuídos a elles pelo artigo 23 parágrafo 2.º desta Constituição e dos que lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municipios:

I — O imposto predial e o territorial urbano;

II — Os impostos sobre diversões publicas;

III — As taxas sobre serviços municipaes;

Art. 29. Os municipios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços publicos communs. O agrupamento, assim constituído, será dotado de personalidade jurídica limitada a seus fins.

Parágrafo único. Caberá aos Estados regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração.

Art. 30 — O Distrito Federal será administrado por um Prefeito de nomeação do Presidente da República, com a aprovação do Conselho Federal, e de um Conselho Municipal, cabendo as funções deliberativas ao Conselho Federal. As fontes de receita do Distrito Federal são as mesmas dos Estados e Municipios, cabendo-lhe todas as despesas de caracter local.

Art. 31 — A administração dos Territórios será regulada em lei especial.

Art. 32 — E' vedado à União, aos Estados e aos Municipios:

a) crear distincções entre brasileiros natos ou discriminaciones e desigualdades entre os Estados e municipios;

b) estabelecer subvenciones ou embargos ao exercicio de cultos religiosos;

c) tributar bens, rendas e serviços de qualquer natureza;

d) tributar os serviços publicos concedidos não gozem de isenção tributaria, salvo a que lhes for outorgada, no interesse comum, por lei especial.

Art. 33. Nenhuma autoridade federal, estadual ou municipal recusará fé aos documentos emanados de qualquer d'elles.

Art. 34. E' vedado à União decretar impostos que não sejam uniformes em todo o territorio nacional, ou que importem discriminação em favor dos portos de um contra os de outros Estados.

Art. 35. E' defeso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municipios:

a) denegar uma ou outras ou aos Territórios a extradição de criminosos reclamada de accordo com as leis da União pelas respectivas justias;

b) estabelecer discriminação tributaria de um de qualquer outro tratamento entre bens ou mercadorias por motivo de sua procedencia;

c) não contrair empréstimo exterior sem previa autorização do Conselho Federal;

Art. 36. São do dominio federal:

a) — os bens que pertencerem à União nos termos das leis actualmente em vigor;

b) — os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu dominio, ou que banhem mais de um Estado, o sirvam de limites com outros países ou se estendam a territorios estrangeiros;

c) — as ilhas fluviaes e lacustres nas zonas fronteiriças;

Art. 37. São do dominio dos Estados:

a) — os bens de propriedade destes nos termos da legislação em vigor, com as restricções do artigo antecedente;

b) — as margens dos rios e lagoas navegaveis, destinadas ao uso publico, si por algum titulo não forem dominio federal, municipal ou particular;

Art. 38. A nomeação feita pelo Presidente da República só pôde recair em brasileiro nato, maior de trinta e cinco annos e que se haja distinguido por sua actividade, em algum dos ramos de produção ou da cultura nacional.

Art. 39. Ao Conselho Federal caberá legislar para o Distrito Federal e para os Territórios, no que se referir aos interesses peculiares dos mesmos.

Art. 40. Terá iniciativa no Conselho Federal a discussão e votação dos projectos de lei sobre:

a) tratados e convenções internacionais;

b) commercio internacional e inter-estadual;

c) regime de portos e navegação de cabotagem;

Art. 41. Compete, ainda, ao Conselho Federal:

a) aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas dos representantes diplomaticos, excepto os enviados em missão extraordinaria;

b) aprovar os accordos conclusivos entre os Estados;

Art. 42. O Conselho Federal será presidido por um ministro de Estado, designado pelo Presidente da República.

DO CONSELHO DA ECONOMIA NACIONAL

Art. 43. O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos varios ramos da produção nacional designados, dentre os qualificados pela sua competencia especial, pelas associações profissionais ou syndicaes reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Parágrafo único. O Conselho da Economia Nacional se dividirá em cinco secções:

a) secção de industria e de artesanato;

b) secção da agricultura;

c) secção do commercio;

d) secção dos transportes;

Art. 44. A cada uma das Camaras compete:

a) deliberar a sua mesa;

b) organizar o seu regimento interno;

c) regular o serviço de sua policia interna;

d) nomear os funcionarios de sua secretaria;

Art. 45. Durante o prazo em que estiver funcionando o Parlamento, os seus membros poderão ser presos ou processados criminalmente, sem licença da respectiva Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel.

Art. 46. Se perante a sua respectiva Camara responderão os membros do Parlamento Nacional pelas opiniões e votos que emitirem no exercicio de suas funções: não estarão, porém, isentos de responsabilidade civil e criminal por diffamação, calúnia, injuria, ultraje a moral publica ou provocação publica ao crime.

Parágrafo único. Em caso de manifestação contraria à existência ou independência da Nação ou incitamento a subversão violenta da ordem politica ou social, qualquer das Camaras, por maioria de votos, poderá declarar a prisão do deputado ou membro do Conselho Federal, autor da manifestação ou incitamento.

Art. 47. Aos membros do Parlamento Nacional é vedado:

a) celebrar contrato com a administração publica federal, estadual ou municipal;

b) aceitar ou exercer cargo, commissão ou emprego publico remunerado, salvo missão diplomatica de caracter extraordinario;

c) exercer qualquer logar de administração ou consultoria ou ser proprietario ou socio de empresa concessionaria de serviços publicos ou de sociedade, empresa ou companhia que goze de favores, privilegios, isenções, garantias de rendimento ou subsidios do poder publico;

d) occupar cargo publico de que seja demissivel ao nutum;

e) patrocinar causas contra a Nação, os Estados ou Municipios.

Parágrafo único. No intervalo das sessões, o membro do Parlamento poderá reanunciar o cargo publico de que for titular.

Art. 48. Qualquer das duas Camaras ou alguma das suas comissões, poderá convocar ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre materias sujeitas à sua deliberação. O ministro, independentemente de qualquer convocação, pode pedir a uma das Camaras do Parlamento, ou a qualquer de suas comissões, dia e hora para ser ouvido sobre questões sujeitas à deliberação do Poder Legislativo.

DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Art. 49. A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos mediante suffragio indirecto.

Art. 50. São eleitos os vereadores das Camaras municipais e em cada municipio dez cidadãos eleitos por suffragio directo no mesmo acto da eleição da Camara Municipal.

Parágrafo único. Cada Estado constituirá uma circumscriçao eleitoral.

Art. 51. O numero de deputados por Estado será proporcional a população e fixado por lei, não podendo ser superior a dez nem inferior a tres por Estado.

Art. 52. Compete à Camara dos Deputados iniciar a discussão e votação das leis de impostos e de taxas e das leis de terra e mar, bem como de todas as que importem augmento de despesa.

DO CONSELHO FEDERAL

Art. 53. O Conselho Federal compõe-se de representantes dos Estados e dos membros nomeados pelo Presidente da República.

A duração do mandato é de seis annos.

Parágrafo único. Cada Estado, pela sua Assembléa Legislativa, elegera um representante. O Governador do Estado terá o direito de vetar o nome escolhido pela Assembléa, em caso de veto, o nome vetado só se terá por escolhido definitivamente, si confirmada a eleição por dois terços de votos da totalidade dos membros da Assembléa.

Art. 54. Se podem ser eleitos representantes dos Estados os brasileiros natos, maiores de 35 annos, alistados eleitores e que hajam exercido, por espaço nunca menor de quatro annos, cargo de governo na União ou nos Estados.

Art. 55. A nomeação feita pelo Presidente da República só pôde recair em brasileiro nato, maior de trinta e cinco annos e que se haja distinguido por sua actividade, em algum dos ramos de produção ou da cultura nacional.

Art. 56. Ao Conselho Federal caberá legislar para o Distrito Federal e para os Territórios, no que se referir aos interesses peculiares dos mesmos.

Art. 57. Terá iniciativa no Conselho Federal a discussão e votação dos projectos de lei sobre:

a) tratados e convenções internacionais;

b) commercio internacional e inter-estadual;

c) regime de portos e navegação de cabotagem;

Art. 58. Compete, ainda, ao Conselho Federal:

a) aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas dos representantes diplomaticos, excepto os enviados em missão extraordinaria;

b) aprovar os accordos conclusivos entre os Estados;

Art. 59. O Conselho Federal será presidido por um ministro de Estado, designado pelo Presidente da República.

DO CONSELHO DA ECONOMIA NACIONAL

Art. 60. O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos varios ramos da produção nacional designados, dentre os qualificados pela sua competencia especial, pelas associações profissionais ou syndicaes reconhecidos em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Era um grande estadista

LONDRES, 10 (H.) — O presidente da Câmara dos Comuns anunciou hoje a morte do sr. Ramsay Mac Donald. O primeiro ministro sr. Neville Chamberlain propôs o adiamento da sessão da Câmara em sinal de luto. Relembrou que o sr. Mac Donald participou durante muito tempo da Câmara dos Comuns, dirigiu o Partido Trabalhista e fundou depois o governo nacional. Rememorou as qualidades pessoais do sr. Mac Donald, a elegância de sua pessoa, o agrado de seu sorriso, a sua voz escassa, seu vivo sentimento da beleza natural e artística.

"Creio, disse o primeiro ministro, que a mais forte impressão que me causou foi devido a sua coragem física como moral. Grandes provas de coragem moral deu, muitas vezes, quando, ao pôr em prática suas convicções, isso colocava contra si seus amigos e a opinião pública de seu país. Admirei sua bravura na presença da ameaça de cegueira. Homenageio suas qualidades como presidente das conferências internacionais de 1932 e 1933. Acreditava poder dizer que nenhum homem de Estado britânico tinha conhecimento pessoal mais profundo das condições internacionais". Concluiu seu discurso afirmando que só recebeu do sr. Mac Donald provas de amizade.

O major Attlee, líder trabalhista, fala a seguir e declara que de todos os líderes trabalhistas o sr. Mac Donald "ficará para sempre na lembrança do povo pelos grandes serviços que prestou a causa dos trabalhadores".

LONDRES, 10 (A. B.) — O "Reina del Pacifico", navio a cujo bordo faleceu subitamente o ex-primeiro ministro britânico Ramsay Mac Donald, deverá chegar a 15 de novembro corrente às Bermudas. Daí o corpo do estadista britânico será transferido para Londres. A filha mais moça do sr. Ramsay Mac Donald, que acompanhava seu pai nessa viagem, voltará à Inglaterra pelo mesmo navio. O sr. Filisime Mac Donald, ministro dos Dominios, que se encontra atualmente em Bruxelas, voltará amanhã à noite em companhia do sr. Anthony Eden. Os

A morte do sr. Ramsay Mac Donald causou o maior pesar em todo o mundo --- Só no dia 15 o "Reina del Pacifico" chegará às Bermudas



Mac Donald, em um recente flagrante

outros filhos do falecido ministro, acham-se todos presentes no país.

LONDRES, 10 (H.) — A notícia da morte de Mac Donald causou profunda emoção na pequena aldeia de Lossiemouth, no Morayshire, onde nasceu o ex-primeiro ministro. Os despoços do extinto serão transportados para ali afim de serem inhumados no pequeno cemitério de Spyniskirk, ao

lado de sua esposa, Margaret, Mac Donald.

Isabel Mac Donald, filha mais velha do ex-primeiro ministro, prestou esta manhã homenagem ao seu pai, com estas palavras: "Perdemos o mais afectuoso e o mais capaz dos pais". O dr. MacKinnon, cunhado do extinto, declarou aos jornais que Mac Donald exprimiu sempre o desejo de ser enterrado em Lossiemouth. Assim, logo de-

pós do desembarque nas Bermudas, o corpo será trazido à Escócia. Em Seaham Harbour, a circumscrição eleitoral do ex-chefe do governo, o dr. Grant, que sempre hospedou o sr. Mac Donald por ocasião de suas visitas, declarou: "Fomos todos extremamente surpreendidos e estamos penalizados com o desaparecimento súbito do nosso amigo. Era um homem maravilhoso e não há nenhuma dúvida que sacrificou a sua vida e a sua saúde no cumprimento do dever".

BERLIM, 10 (H.) — O sr. Ramsay Mac Donald era um estadista muito estimado na Alemanha, pela sua sinceridade e grande carácter. Foi a declaração obtida, esta manhã nos círculos políticos alemães a propósito da morte do ex-primeiro ministro da Grã-Bretanha. Observaram mais que o sr. Mac Donald revelou sempre grande compreensão da situação do Reich.

AGENTES

Acceptamos agentes a comissão para esta Capital e interior. Informações por carta ou pessoalmente na Rua 13 de Maio, 23 - 1º and.

O delegado Frota Aguiar prestou informações ao juiz da 1.ª Vara Criminal sobre o caso Waldemar Figueiredo

Dizendo-se ameaçado de prisão por parte do delegado auxiliar, impetrou o advogado Waldemar Figueiredo, habus-corpus preventivo. Na sua petição o causídico narrou que estava sendo vítima de uma perseguição injusta, por parte do dr. Frota Aguiar seu inimigo.

Hontem o delegado Frota Aguiar deu ao juiz da 1.ª Vara Criminal, a petição que o magistrado lhe enviara para ser informada, com as seguintes informações: Excmo. sr. dr. Juiz da 1.ª Vara Criminal.

Em cumprimento ao ofício desse respeitável Juiz, datado de 6 do corrente, solicitando informações a respeito das alegações formuladas na petição assignada pelo cidadão Waldemar Figueiredo, que se queixa de estar sofrendo coacção ilegal por parte desta Delegacia, tenho a informar a V. Excia. que as mesmas não procedem, não têm nenhum fundamento.

No inquerito, que presido, para descobrir o paradeiro da mercetaria IVONE, de cujo desaparecimento misterioso aceita a policia a hypothese do crime executado por catifens, ladrões.



Dr. Frota Aguiar

surgiu das declarações do proxeneta Alexandre Lacombe e das catifinas Josephine Licuat, vulgo "Fili" e Jeanne Charrriere, mais conhecida no meio do meretricio como "Jeanne do Waldemar", em circunstâncias desabonadoras, o nome do dr. Waldemar Figueiredo, facto esse que dada ainda a pressa das diligencias que deviam ser logo procedidas, me obrigou a convidar o comparecer a policia, onde permanecerei, somente, tempo exigido pelas formalidades processuais e legais no interesse da Justiça que está acima de individuos.

Em consequência desse processo e das demais acusações chegadas ao meu conhecimento contra a conduta do supplicante, mandei, como era de meu dever, instaurar inquerito afim de apurar as regularidades.

Dahi, para crear-lhe ambiente moralmente favoravel e pensando coagir-me a não proseguir, a apresentação à Ordem dos Advogados contra o titular desta Delegacia, dizendo-se vítima de odios pessoais!

Dahi, o presente pedido de "habus-corpus" preventivo, pelo Juiz receio, não de ser preso, mas de prestar declarações e ser fatalmente acarrejado por pessoas que o accusam!

Requer uma medida legal que os homens de bem e qualificados necessitam; pelo contrario, são os

primeiros a se apresentarem quando incriminados.

Afirmo a V. Excia. que o supplicante não soffre coacção nenhuma por parte da 1.ª Delegacia Auxiliar.

A allegação de ser eu inimigo do supplicante, é irrisoria. Não cito um só facto, de cunho pessoal, que o comprove. Durante a minha gestão na Delegacia de Costumes só compareceu o dr. Waldemar a minha presença duas vezes; a primeira, assim que tomei posse do cargo, para pedir a matrícula n. 647, da meretriz Alice Vargues, vulgo Ivone (consentimento para que ella podesse mercadejar o corpo), escrava do catifem Alvaro Vieira Nogueira, matrícula essa cassada mui justamente por meu antecessor por solicitação do Comissario Mario Moreira, então Chefe da Seção de Meretricio e Lenocinio; a segunda, o caso de Ivone, por exigencia dos sagrados interesses da sociedade.

Onde, pois, a perseguição? Onde a inimidade pessoal?

Demais o supplicante, no período em que sou 1.º delegado Auxiliar, nada, contra actos meus, requereu em Juizo, não me constando tambem que houvesse criticado os demandos e arbitrariedades do 1.º Delegado Auxiliar, publicando, antes do inicio do processo em que é seriamente accusado.

Por esse motivo, obedecendo a logica do supplicante, ainda ficava a dever-lhe gratidão...

Quando a "campanha de descrédito e desmoralização" de que o dr. Waldemar é alvo, pelos jornais, e de que houvees criticado os demandos e arbitrariedades do 1.º Delegado Auxiliar, publicando, antes do inicio do processo em que é seriamente accusado.

Não sou mentor de jornais. Tem os seus dirigentes responsabilidades definidas. Existe no Brasil Lei de Imprensa em que os offendi-dos moralmente encontram guarida para desaguarem. Chamados por meio idoneo, a responsabilidade.

Junto a este remetto a V. Excia. copias de tres depoimentos os mais anuvers para o accusado, ora supplicante, extraídas do inquerito que corre por esta Delegacia, para que o Meretricio avalie da gravidade das accusações que pesam sobre o nente.

São estas, M. M. Dr. Juiz, as informações que, respectivamente, presto a esse Juiz, na convicção sincera de que estou servindo a sociedade e a Justiça.

Atte: os saudações
ANESIO FROTA AGUIAR
1.º Delegado Auxiliar.

Foi o organizador da evasão do presidio Maria Zelia

Colhido pela policia mais um extremista. Levava uma vida de principe indiano

Depois de varias diligencias a policia deteve Alexandre Wainstein, o organizador da fuga, presos que se achavam recolhidos no presidio Paralo.

Alexandre ha bastante tempo que se acha no Brasil, não se sabendo se entrou legalmente ou por meio de papéis falsos. O facto é que logo que pisou o territorio nacional passou o perigoso individuo a desenvolver suas actividades marxistas. De sociedade com Guilherme Coutinho e Stefani, organizaram uma empresa jornalística, denominada "Empresa Pax", entrando elle com 20 contos. A "Empresa Pax" foi fechada, pois só imprimia livros de caracter comunista.

Dispondo de amplos recursos financeiros, continuou por outras formas na sua sinistra missão, até que em novembro de 1935, foi preso, recolhido ao presidio "Maria Zelia".

Alli, pouco tempo depois elle organizava uma sensacional fuga,

com outros companheiros, cavou tunnel e de madrugada fugiu, tomando rumo ignorado. Hontem, quando interrogado, elle declarou que depois da evasão se recolhera a um sítio de sua propriedade, donde esteve alguns meses, vindo de avião para esta cidade, onde continuou na sangrenta tarefa.

Instalou-se na Avenida Atlântica n. 268, onde acaba de ser preso. Alli, promovia reuniões, oferecendo aos convidados livros mais ou menos comunistas.

Levava uma vida de ociosidade. Era visto nos casinos, jogando forte. Alexandre declarou que é proprietário de varias chácarras, sítios e casas em S. Paulo. Aclamava esse individuo deve ser da mesma especie de Domenico, que recebia dinheiro russo. Mesmo porque, constantemente elle recebe cheques de Buenos Aires. Com certeza remetidos de Moscou, para não dar na vista.

Foi este, um bom trabalho da policia.

Preso perigoso agente comunista

Domenico Ferraro recebia dinheiro de Stalin para espalhar boletins da doutrina vermelha

FAZ ANOS O REI DA ITALIA

A data de hoje é do maior jubileu para a Italia, sendo a do aniversário do seu Rei — Victor Emmanuel.



Victor Emmanuel

Figura das mais exponents na Europa, em cujo scenario politico actua com o maior brilho, o soberano italiano, durante a grande guerra, destacou-se como um dos bons conductores dos seus exercitos, encerrando pagina de heróis de heroismo.

O povo italiano festeja dignamente o natalicio do seu Rei.

Ha bastante tempo que a policia vinha desenvolvendo diligencias para apurar a vida de um individuo que era apontado como responsavel pela distribuição de boletins comunistas. Não queria o dr. Israel Souto, delegado especial da Delegacia de Ordem Politica e Social, prender o referido individuo sem que primeiro apurasse a sua responsabilidade no crime que era apontado. Varias diligencias foram levadas a effecto, até que as autoridades se convenceram de que a pessoa em questão era um adepto do credo moscovita, estando recebendo dinheiro para agir em nosso país, como agente propagandista do communismo.

Localizada a sua residencia á rua Hermenegildo de Barros n. 22, ali elle foi preso. Trata-se do italiano Domenico Ferraro, elemento perigoso amigo de Francisco S. Nitti ex-presidente do Conselho de Ministros da Italia, actualmente exilado na França.

Na delegacia foi Ferraro submettido a interrogatorios, declarando por que viera ao Brasil, para propor ideias comunistas, recebendo dinheiro para isso. A sua vida de estrangeiro é enorme.

Com referencia ás pessoas que mantinham ligacões com Ferraro, as autoridades já têm completa a lista de nomes dos intelectuaes que se reuniam semanalmente com Domenico Ferraro, sob o falso pretexto de tomarem parte em almoços de cordialidade. Foram apprehendidos, além de outros documentos, grande numero de livros e boletins de propaganda comunista.

Eis a traducção da carta de Francisco Saverio Nitti a Domenico Ferraro:

"Paris, 30 de agosto de 1936 — Egregio Ferraro — Recebi todos os jornais que tivestes a cortezia de enviar-me, e agradeço-vos vivamente. Approvo a vossa decisão de tomaros a cidadania brasileira: com ella sereis livre na vossa vida nada tereis que temer. Poderéis sempre, depois, voltando para a Italia, retomar a cidadania italiana. Cordiaes saudações — (s.) — Nitti".

Como se verifica, a audacia desse pernicioso elemento é bem grande. E' dinheiro arrancado ao povo, que vive na mais negra miséria, passando fome, curtindo toda a especie de privações, trabalhando dia e noite, sem ter direito a coisa alguma, que os comunistas entregam a agentes provocadores para que vae a paizés. E vivem felizes mentir, pintando o enfermo não cogita como um paraiso.

Felizmente, a nossa policia está alerta.

AS PROXIMAS solemnidades da Festa da Bandeira

Reunida a Comissão Organizadora do Ministério da Educação.

Esteve hontem reunida no Ministério da Educação, a Comissão Organizadora do grande desfile comemorativo do dia da Bandeira, do qual participaram, designados de milhares de pessoas, representantes do Ministério da Educação nessa Comissão os srs. Mario Pinto, Celso Kelly e major Barbosa Leite. O Ministério da Guerra e da Marinha enviaram seus representantes, respectivamente, srs. Tenente Coronel Pereira da Costa, Cap. Orlando Eduardo Silva, major Heraldo Figueiras e Comm. Albertino Dutra.

NO CATTETE

O sr. Presidente da Republica, chegou hontem, ao Palácio do Cattete, á hora do costume, recebendo em conferencias e despocho, o ministro da Fazenda e o ministro do Trabalho.

No Palácio do Cattete, esteve hontem, em conferencia com o chefe da Nação o Interventor do Distrito Federal.

Um almoço ao embaixador Carcano

O Embaixador Mario de Pimentel Brandão ministro das Relações Exteriores offereceu hontem, no Jockey Club, um almoço ao embaixador Carcano, ao qual compareceram varios amigos de S. Exa. e funcionarios do Itamaraty.

Feira de Amostras

O COPO DE LEITE AOS ALUNOS MUNICIPAES

Hoje, quinta-feira, a Comissão Organizadora da Segunda Semana do Leite, certame que se realiza no antigo Pavilhão Maravilhoso da Feira Internacional de Amostras, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura e sob os auspícios do Ministério da Agricultura, offerece aos alumnos das escolas municipais do Distrito Federal um "Copo de Leite", bem como farta distribuição de biscoitos de leite, doces de leite, etc. Esta festa terá lugar ás quinze horas.

bem como a Prefeitura do Distrito Federal, na pessoa do secretario do Interventor dr. Jorge Dodsworth.

Outros membros ainda integram a Comissão.

Porém tomadas as medidas iniciais para grande festa cívica.

Eleito o novo diretor da Associação Paranaense de Imprensa

CURITIBA, 10 (A. B.) — Em pleito disputado e livremente, os jornalistas elegeram o sr. Rodrigo Freitas, delegado-eleitor por 20 votos. A eleição passou-se na sede da Associação Paranaense de Imprensa, que viveu um dos mais animados dias da sua existência.

O centenário do Colégio Pedro II

O chefe da Nação assignou na pasta da Educação o decreto, sancionando a resolução do Poder Legislativo que autorisa a dispor até a quantia de 200.000\$, afim de attender ao custeio das festividades comemorativas do primeiro centenário do Colégio Pedro II, inclusive o preparo dos edificios em que funcionam as duas seções do mesmo Colégio. A impressão de trabalhos attinentes á historia do Instituto e á actividade dos respectivos professores e estudantes, bem assim a criação de medalhas commemorativas.

Pela mesma lei fica restabelecida o grão de bacharel em sciencias e letras para os alumnos que houverem terminado o sétimo anno do curso do Colégio Pedro II, não importando todavia o título conferido de acordo com a presente lei na concessão de qualquer direito e vantagens consignados em leis anteriores.

O dia 2 de dezembro de 1937 será considerado feriado escolar em todo o territorio da Republica e o Poder Executivo providenciara no sentido de ser feita uma emissão de sellos commemorativos do centenário da fundação do mesmo Colégio.

A Republica Dominicana disposta á guerra

Os haitianos lutam com falta de armas e munições

NOVA YORK, 10 (Havas) — Notícias do correspondente de Havana do "New York Times" informam que o sr. J. C. Chirino,

O aniversario do armistício

O mundo festeja, hoje, mais um aniversario do armistício. A Europa, que se debatia com os horrores da grande guerra, respirou no dia de hoje, quando as potencias em belligerancia, assignaram em Versalhes, a paz, com a suspensão absoluta das hostilidades.

E' por isso que o marco desta efemeridade é festejado em todo o mundo.

A humanidade sentiu-se em desafio com o ensurtecimento das armas dos povos em luta.

Dr. Pedro Vergara

ADVOGADO
Aceita causas criminaes, commerciaes e civis
Escritorio: Edificio 13 de Maio, rua 13 de Maio 23 - 2º andar

Pagamentos no Thesouro

Serão pagas hoje, as folhas de 11º dia útil:
Montepio Militar da Marinha, de A a Z, e diversas pensões da Guerra, de A a J.

Caixa Economica do Rio de Janeiro

AVISO

A Administração da Caixa Economica do Rio de Janeiro, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo actual Regulamento, baixado com o Dec. 24.227, de 16 de Junho de 1934, e tendo em vista a aprovação dada pelo Conselho Superior das Caixas Economicas Federaes, faz sciente, a quem interessar possa, que resolveu admitir as seguintes classificações de depósitos e respectivas taxas de juros, além das já existentes:

DEPOSITOS "COMMERCIAES" — Com limite até 100.000\$, vencendo juros semestrais, á taxa de 3% ao anno, deposito inicial minimo de 2.000.000 e saques por meio de cheques especiaes sujeitos ao selo e movimentados na Seção de Cheques (Av. Rio Branco, 149).

DEPOSITOS "PRAZO FIXO" — Sem limite de capital, a 4%, 3% e 2% ao anno, respectivamente, por 6, 12 e 24 meses, emitidos por "termos de deposito" e mediante as condições estabelecidas nas respectivas propostas, e movimentados na Contabilidade-Geral, em sua Matriz (R. D. Manoel, 25).

(Continuação da 8.ª pag.)

m) autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro;

n) determinar que entrem pro-

1.º Nos crimes comuns de responsabilidade serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e nos conexos com os do Presidente da República, pela au-

b) — o "habes-corpus", quando for paciente ou coactor, tribunal, funcionário ou autoridade, cujos actos estejam sujeitos imediatamente à jurisdição do Tribunal, ou

Art. 113. A inamovibilidade não assegurada aos juizes militares não os exime da obrigação de acompanhar as forças junto ás quaes te-

tar e os tribunales e juizes superiores, creados em lei.

Art. 113. A inamovibilidade não assegurada aos juizes militares não os exime da obrigação de acompanhar as forças junto ás quaes te-

nos. E' dever do Estado conduzir, directa e indirectamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artisticas, scientificas e de ensino.

k) — promover e assegurar a educação de menores de quatorze annos; de trabalho nocturno a menores de dezesseis e, em industrias insalubres, a menores de dezotto annos e a mulheres;

R) — proibição de trabalho a menores de quatorze anos; de trabalho nocturno a menores de dezoito anos em indústrias insalubres, a menores de dezoito annos e a mulheres;

do
an-

10

813-1

2011

1000

24
1-
4-
9-
0-
e
23

0-
1-
65
A-
E-
A-
mm

tu-
a-
ce
on
tu
ne

da.
ri-
as

le-
do
ção
O
mi-
das
ica-
da,

era
em-
stan
rie-
ou
de

de
te-
pro-
ção.
de-
B B
rvi-
L. on
mno

ação
edas
nen-
as-
ções.

ivra,
sus,
cio-
mas,
agua-
sim
ad as

eco-
onar
to e
ando
Aos
s de
os A

pra-
for-
ncias

ulară
aritan
rados
eres-
capi-
ada-

onve-
 ex-
 servi-
 on-
 arifas
 para
 ntra-

que,
ou
anos
em re-
sultado,
secta-
em o

1. 200-
 2. 100-
 3. 100-
 4. 100-
 5. 100-
 6. 100-
 7. 100-
 8. 100-
 9. 100-
 10. 100-
 11. 100-
 12. 100-
 13. 100-
 14. 100-
 15. 100-
 16. 100-
 17. 100-
 18. 100-
 19. 100-
 20. 100-
 21. 100-
 22. 100-
 23. 100-
 24. 100-
 25. 100-
 26. 100-
 27. 100-
 28. 100-
 29. 100-
 30. 100-
 31. 100-
 32. 100-
 33. 100-
 34. 100-
 35. 100-
 36. 100-
 37. 100-
 38. 100-
 39. 100-
 40. 100-
 41. 100-
 42. 100-
 43. 100-
 44. 100-
 45. 100-
 46. 100-
 47. 100-
 48. 100-
 49. 100-
 50. 100-
 51. 100-
 52. 100-
 53. 100-
 54. 100-
 55. 100-
 56. 100-
 57. 100-
 58. 100-
 59. 100-
 60. 100-
 61. 100-
 62. 100-
 63. 100-
 64. 100-
 65. 100-
 66. 100-
 67. 100-
 68. 100-
 69. 100-
 70. 100-
 71. 100-
 72. 100-
 73. 100-
 74. 100-
 75. 100-
 76. 100-
 77. 100-
 78. 100-
 79. 100-
 80. 100-
 81. 100-
 82. 100-
 83. 100-
 84. 100-
 85. 100-
 86. 100-
 87. 100-
 88. 100-
 89. 100-
 90. 100-
 91. 100-
 92. 100-
 93. 100-
 94. 100-
 95. 100-
 96. 100-
 97. 100-
 98. 100-
 99. 100-
 100. 100-
 101. 100-
 102. 100-
 103. 100-
 104. 100-
 105. 100-
 106. 100-
 107. 100-
 108. 100-
 109. 100-
 110. 100-
 111. 100-
 112. 100-
 113. 100-
 114. 100-
 115. 100-
 116. 100-
 117. 100-
 118. 100-
 119. 100-
 120. 100-
 121. 100-
 122. 100-
 123. 100-
 124. 100-
 125. 100-
 126. 100-
 127. 100-
 128. 100-
 129. 100-
 130. 100-
 131. 100-
 132. 100-
 133. 100-
 134. 100-
 135. 100-
 136. 100-
 137. 100-
 138. 100-
 139. 100-
 140. 100-
 141. 100-
 142. 100-
 143. 100-
 144. 100-
 145. 100-
 146. 100-
 147. 100-
 148. 100-
 149. 100-
 150. 100-
 151. 100-
 152. 100-
 153. 100-
 154. 100-
 155. 100-
 156. 100-
 157. 100-
 158. 100-
 159. 100-
 160. 100-
 161. 100-
 162. 100-
 163. 100-
 164. 100-
 165. 100-
 166. 100-
 167. 100-
 168. 100-
 169. 100-
 170. 100-
 171. 100-
 172. 100-
 173. 100-
 174. 100-
 175. 100-
 176. 100-
 177. 100-
 178. 100-
 179. 100-
 180. 100-
 181. 100-
 182. 100-
 183. 100-
 184. 100-
 185. 100-
 186. 100-
 187. 100-
 188. 100-
 189. 100-
 190. 100-
 191. 100-
 192. 100-
 193. 100-
 194. 100-
 195. 100-
 196. 100-
 197. 100-
 198. 100-
 199. 100-
 200. 100-
 201. 100-
 202. 100-
 203. 100-
 204. 100-
 205. 100-
 206. 100-
 207. 100-
 208. 100-
 209. 100-
 210. 100-
 211. 100-
 212. 100-
 213. 100-
 214. 100-
 215. 100-
 216. 100-
 217. 100-
 218. 100-
 219. 100-
 220. 100-
 221. 100-
 222. 100-
 223. 100-
 224. 100-
 225. 100-
 226. 100-
 227. 100-
 228. 100-
 229. 100-
 230. 100-
 231. 100-
 232. 100-
 233. 100-
 234. 100-
 235. 100-
 236. 100-
 237. 100-
 238. 100-
 239. 100-
 240. 100-
 241. 100-
 242. 100-
 243. 100-
 244. 100-
 245. 100-
 246. 100-
 247. 100-
 248. 100-
 249. 100-
 250. 100-
 251. 100-
 252. 100-
 253. 100-
 254. 100-
 255. 100-
 256. 100-
 257. 100-
 258. 100-
 259. 100-
 260. 100-
 261. 100-
 262. 100-
 263. 100-
 264. 100-
 265. 100-
 266. 100-
 267. 100-
 268. 100-
 269. 100-
 270. 100-
 271. 100-
 272. 100-
 273. 100-
 274. 100-
 275. 100-
 276. 100-
 277. 100-
 278. 100-
 279. 100-
 280. 100-

exercer
de na-
enham
Brasil,
em 1912

1. O processo de
 2. educação e
 3. profissional
 4. e a
 5. a
 6. a
 7. a
 8. a
 9. a
 10. a

Texto da nova Constituição

(Conclusão da 3.ª pag.)

Art. 181. A entrada, distribuição e circulação de estrangeiros no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta annos.

Art. 182. A vocação para succeder em bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei nacional em beneficio do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que lhes não seja mais favorável o estatuto do "de cuius".

Art. 183. A lei determinará a percentagem de empregados brasileiros que devem ser mantidos obrigatoriamente nos serviços públicos, dados em concessão e nas empresas e estabelecimentos de indústria e de commercio.

Art. 184. Será respeitada nos selvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas.

Art. 185. Nenhuma concessão de terras de área superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, em cada caso, preceda autorização do Conselho Federal.

DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS

Art. 186. O Poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionarios Publicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

a) — o quadro dos funcionarios publicos comprehendêr todos os que exercem cargos publicos creados em lei, seja qual for a forma de pagamento;

b) — a primeira investidura nos cargos de carreira far-se-á mediante concurso de provas ou de títulos;

c) — os funcionarios publicos, depois de dois annos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e em todos os casos, depois de dez annos de exercício, poderão ser exonerados em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo, em que sejam ouvidos e possam defender-se;

d) — serão aposentados compulsoriamente os funcionarios que attingirem a idade de sessenta e oito annos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiais de funcionarios, de accordo com a natureza do serviço;

e) — a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará a aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcionario mais de trinta annos de serviço effectivo; o prazo para a concessão de aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

f) — o funcionario invalidado em consequencia de accidente occorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, seja qual for o seu tempo de exercício;

g) — as vantagens da inactividade não poderão, em caso algum, exceder as da actividade;

h) — os funcionarios terão direito a férias annuaes, sem descontos e a gestante a tres mezes de licença com vencimentos integrais;

Art. 187. Poderá ser posto em disponibilidade, com vencimentos proporcionaes ao tempo de serviço, desde que não calhe no caso a pena de exoneração, o funcionario civil que estiver no gozo das garantias de estabilidade, se a juizo de uma commissão disciplinar nomeada pelo ministro ou chefe de serviço, o seu afastamento do exercício for considerado de conveniencia ou de interesse publico.

Art. 188. Os funcionarios publicos não responderão solidariamente com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal por quaisquer prejuizos decorrentes de negligencia, omissão ou abuso no exercício dos seus cargos.

Art. 189. E' vedada a accumulacão de cargos publicos remunerados da União, dos Estados e dos Municipios.

DOS MILITARES DE TERRA E MAR

Art. 190. A lei organizará o estatuto dos militares de terra e mar, obedecendo, entre outros, aos seguintes preceitos desde já em vigor:

a) — será transferido para a reserva todo militar que, em serviço activo das forças armadas, aceitar investidura electiva ou qualquer cargo publico permanente, estranho à sua carreira;

b) as patentes e postos são garantidos em toda plenitude aos officiaes da actividade e aos reformados do Exercito e da Marinha;

Parágrafo unico — O official das forças armadas, salvo o disposto no rt. 172, parágrafo 2.º, só perderá o seu posto e patente por condemnacão, passada em julgado, a pena restrictiva da liberdade por tempo superior a dois annos, ou quando, por tribunaes militares competentes, for, nos casos definidos em lei, declarado indigno do officialato ou com elle incompativel;

c) os titulos postos e uniformes das forças armadas são privativos dos militares de carreira, em actividade, da reserva ou reformados.

DA SEGURANCA NACIONAL

Art. 191. As forças armadas são instituições nacionaes permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierarchica e da fiel obediencia à autoridade do presidente da Republica.

Art. 192. Todas as questões relativas à seguranca nacional serão estudadas pelo Conselho de Seguranca Nacional e pelos órgãos especiaes creados para attender a emergencia da mobilizacão.

O Conselho de Seguranca Nacional será presidido pelo presidente da Republica e constituido pelos ministros de Estado e pelos chefes de Estado Maior do Exercito e da Marinha.

Art. 193. Cabe ao presidente da Republica a direcção geral da guerra, sendo as operações militares da competencia e da responsabilidade dos commandantes chefes, de sua livre escolha.

Art. 194. Todos os brasileiros são obrigados, na forma da lei, ao serviço militar e a outros encargos necessarios à defesa da patria, no termos e sob as penas da lei.

se suggeridas por qualquer das Camaras.

2.º — O projecto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, de iniciativa da Camara dos Deputados, exige, para ser aprovado, o voto da maioria dos membros de uma e outra Camara.

3.º — O projecto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, quando de iniciativa da Camara dos Deputados, uma vez aprovado mediante o voto da maioria dos membros de uma e outra Camara, será enviado ao presidente da Republica. Este, dentro do prazo de trinta dias, poderá devolvê-lo à Camara dos Deputados, o projecto, pedindo que o mesmo seja submettido a nova tramitação por ambas as Camaras. A nova tramitação só poderá effectuar-se no curso da legislatura seguinte.

4.º — No caso de ser rejeitado o projecto de iniciativa do presidente da Republica, ou caso em que o Parlamento approve definitivamente, apesar da opposição daquelle, o projecto de iniciativa da Camara dos Deputados, dentro de trinta dias, resolver que o projecto seja submettido ao plebiscito nacional. O plebiscito realizar-se-á noventa dias depois de publicada a resolução presidencial. O projecto só se transformará em lei constitucional se lhe for favoravel o plebiscito.

DISPOSICÖES TRANSICTORIAS E FINAES

Art. 175. O actual presidente da Republica tem renovado o seu mandato até a realizacão do plebiscito a que se refere o artigo 173, terminando o periodo presidencial fixado no artigo 80 se o resultado do plebiscito for favoravel à Constituição.

Art. 176. O mandato dos actuaes Governadores dos Estados, uma vez confirmado pelo presidente da Republica dentro de trinta dias da data desta Constituição se extingue, prorrogando-se o primeiro periodo de governo a ser fixado nas Constituições estaduais. Esse periodo se contará da data desta Constituição, não podendo em caso algum exceder o aqui fixado ao presidente da Republica.

Parágrafo unico — O presidente da Republica decretará a intervenção nos Estados cujos Governadores não tiverem o seu mandato confirmado. A intervenção durará até a posse dos Governadores eleitos, que terminará o primeiro periodo de governo fixado nas Constituições estaduais.

Art. 177. Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data desta Constituição, poderão ser apresentados ou reformados de accordo com a legislação em vigor os funcionarios civis e militares cujo afastamento se impuzer, a juizo exclusivo do Governo, no interesse do serviço publico, ou por conveniencia do regime.

Art. 178. São dissolvidos nesta data a Camara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleas Legislativas dos Estados e as Camaras Municipaes. As eleições ao Parlamento Nacional serão marcadas pelo presidente da Republica.

Expurgando Santos dos mãos elementos

SANTOS, 10 (A. N.) — A secção de Ordem Política e Social da delegacia regional de policia, proseguiu em suas diligencias afim de expurgar a cidade dos elementos comunistas que se encontram a fazer propaganda de credo vermelho. Inumeros são os individuos já recolhidos a cadeia publica, mas as diligencias não cessam e diariamente são effectuadas novas prisões. Os ultimos comunistas detidos são: Antonio José Piedade, Antonio José Fernandes, Aquilino Camilo, João Andrade Camara, José Bezerra Albuquerque, José Oliveira, Manoel Antonio Oliveira, Heracleio de Oliveira, Antonio Spera e Samuel Weindarth.

"O Theatro na Inglaterra"

ATRAVEZ DE UMA CONFERENCIA DE PASCHOAL CARLOS MAGNO

Na Escola Nacional de Bellas Artes teve lugar hontem a tarde, perante numeroso auditorio, a annunciada conferencia de Paschoal Carlos Magno, sob o "Theatro na Inglaterra".

Dotado de extraordinaria eloquencia, o illustre orador discorreu sobre a historia do theatro ingles, lembrando suas escolas de arte, multiplicidade de theatros nos quaes teve enredo de constatar que triumphou ali o theatro-diversão ao, aquelle, que no dizer de Lessing, alem de divertir não perde seu valor espirital.

Recordou-se Londres cinematografica e seus theatros abertos, explorando em mais de cinquenta o genero diversivo.

Uma comedia, que faz rir ou chorar, é, tantas vezes, dialeto, intellectualmente estimulante como a que recolla um problema social ou uma these a Cúrel. E acrescentou de que o theatro ingles não tem a preoccupação de conquistar um publico. Discorreu brevemente sobre as companhias moveis, estaveis, reformas scenograficas da Inglaterra.

E terminou sob largas applausos, acreditando que o theatro, emquanto não desista do theatro, enquanto houver Shakespeare e theatros na Inglaterra.

A sessão foi presidida pelo acadêmico Sylvio Magalhães, e acompanhando-o, conferenciou a favor da cultura do theatro, o poeta Alfredo Trajan, em discursos lindamente ditos.

NO ITAMARATY

Am de apresentar condolencias em nome do embaixador Mario de Pimentel Brandão, ministro das Relações Exteriores, pelo falecimento do sr. Ramsey Mac Donald, esteve hontem, na embaixada britânica, o secretario Octavio do Nascimento Brito, do Protocolo do Ministerio das Relações Exteriores.

Despediram-se hontem, do embaixador Mario de Pimentel Brandão, ministro das Relações Exteriores, as Senhoras Senadoras Burton W. Muser, E. W. Frost, Tania W. Rover e Ana del Polgar Briza.



MICHIKO TANAKA
SESSUE HAYA KAWA
O amor não conhece fronteiras. A linda mulher, cheia de amor apaixonado, narra ao jovem tenente naval as scenes tristes de sua vida desastrosa...

segunda-feira
ALHAMBRA
O CINEMA DOS BONS FILMS

MUSICA

NOTA DO DIA
Um tenor nipponico e o folk-lore japonês

Segundo o telegramma que abalou publicamente, apresentou-se ante-hontem a noite em São Paulo, em sua primeira audição, sob o patrocínio da Cultura Artística o tenor japonês Gosié Fujiwara. O telegramma não diz todavia si o artista logrou grande successo. Vamos dentro em pouco sentir o nestá capital. É interessante ouvir-se um autentico asiatico cantar coisas do folk-lore ou mesmo trechos classicos da arte de Euterpe da terra das Geishas. As japonêzas que nos visitaram, verdadeiras ou não (Tapules ou filipinas) agradaram imenso e deram a Mme. Butterfly uma interpretação que nenhuma europea ou americana lograra apresentar. Foram noites excelentes as de Tamaki Miura, Tei-Kokina e Tapales.

Essas japonêzas, contudo, não cantaram coisas reaes do Imperio do Sol na sua linguagem pictorica. Fizeram opera italiana em regular italiano. O tenor Gosié Fujiwara (se o homem é alto e magro e se é mais cantor este nome a um symbolo) vai, pela primeira vez no Rio de Janeiro interpretar o folk-lore japonês em idioma japonês — é realmente bastante interessante.

E' esse o telegramma que recebemos.

"São Paulo, 10 (A. B.) — Realizou-se hontem a noite, nesta capital, uma audição do cantor japonês Gosié Fujiwara, sob o patrocínio da Sociedade de Cultura Artística.

O tenor japonês foi apresentado ao publico pelo consul do Japão, cantando algumas peças de seu repertorio.

Destacaram-se, entre outras, despertando interesse, as peças de Puccini, Sokolsky, trechos classicos e de "folk-lore", cantando, em segundas, canções typicas japonezas.

Gosié Fujiwara deverá effectuar, mais tres concertos, quando regressar para o Rio de Janeiro, regressando em seguida a Buenos Aires, de onde veio.

Por falar em tenor japonês, venho-nos a lembrança de certos discursos que ouvimos de um tenor japonês, Armando Torquattini (o nome parece não ser autentico) que apparece um cantor de voz poderosa e de uma escola admiravel. Não podemos afirmar se de facto Torquattini é japonês ou se uma reclamação ao gravador, o que porém é certo, é que se sente um cantor de voz bellissima, agradável aos mais exigentes. Que Fujiwara seja um emulo de Torquattini é o que desejamos.

Attila de Azevedo
L'EPHEMERIDES
— 11 de novembro de 1862

Foi em S. Petersburgo a cidade dos Czares que realizou-se pela primeira vez a representação da 6.ª opera, na qual o nome de Verdi decresce, das obras de Giuseppe Verdi, tratase da "Forza del Destino" que Verdi em pouco dirigiu pela primeira vez, na Grande Opera de Petersburgo.

Foi um acontecimento notavel essa premiere tendo comparecido o Czar e toda Corte Russa.

IM MEMORIAM
— 11 de novembro de 1893

Deixava o mundo dos vivos o grande compositor Tchaikowsky em tantas e tantas lindas paginas musicas deixava ao proterro.

UMA NOVA SOPRANO QUE SE APRESENTA HOJE NO MUNICIPAL

A Companhia Lyrica Theatro Brasileiro como recommendação a honrabilidade de seus espectaculos, levados a effecto no Theatro Municipal, em cuja temporada esta, mos apreciando os novos cantores lyricos nacionaes, já tem em seu patrimonio nada menos do que dezesseis recitas, entre as de assinatura, e na popularidade, logo vem demonstrar, que a temporada está merecendo os melhores louvores do publico e unico juiz para as realizações publicas. E, ninguem, de bom senso, poderá allegar desequilibrio em seus espectaculos, portanto, sua victoria tornase completa, momentaneamente, quando o publico brasileiro, já se encontra descrente da arte lyrica nacional. Os novos cantores patricios estão nos dando sufficientes provas de capacidade artistica. Hoje, em "Rigoletto" em 9.ª recita de assignatura, mais uma vez bonita ouvir, mos como se a de Maria Clara Tati Jacome que incarnará o pa-

Preso em Minas um perigoso comunista

BELLO HORIZONTE, 10 (A. N.) — A policia mineira acaba de detrair um perigoso comunista. Tratase de um extremista envolvido nos sangrentos e covardes acontecimentos de 1935 e que se achava refugiado no interior do Estado. Ha dias o sr. Orlando Moretsonha, delegado de Ordem Publica, após uma serie de investigações conseguiu localizar, homiziado na cidade de Belo Horizonte, o referido comunista Pedro Coutinho Filho, que estava sendo procurado pela policia do Rio. O delegado de Ordem Publica officiou, então, ao delegado de Andrelandia, sr. Euclides pedindo a prisão do elemento vermelho. Immediatamente, a policia de Andrelandia o deteve, remetendo-o para a capital. O bochevista Pedro Coutinho Filho, como acima dissemos, está envolvido na trama comunista de novembro Mesmo antes da intenção. Pedro Coutinho havia sido preso no Rio, por pregar o credo vermelho. Leccionou em escolas da Capital da Republica e em 25 envolver-se nos acontecimentos que ensanguantaram o país, chegando, por isso, sendo procurado pela policia carioca.

O sr. Orlando Moretsonha, delegado da Ordem Publica, interrogou o extremista que deverá ser enviado para o Rio, afim de ser processado pelo Tribunal de Seguranca Nacional.

Reabre-se a Escola Affonso Penna

Realiza-se amanhã, às 10 horas, com a presença do sr. Interventor Federal, dr. Hermann Dedering, secretario interino de Educação e Cultura, dr. Clementino Fraga, do director do Departamento de Educação, dr. Costa Penna, alem de outras autoridades, a reabertura da Escola Affonso Penna, à Rua Barão de Mesquita, 449.

Esse conhecido estabelecimento de ensino, foi completamente reformado adquirindo com as novas obras, capacidade para 100 alumnos.

Por ocasião da sollemnidade de reabertura farão seus alumnos expressiva homenagem em memoria de Affonso Penna.

Bibliotheca da Casa do Estudante do Brasil

A Bibliotheca Circulante mantida pela Casa do Estudante do Brasil, através de uma phase de grandes melhoramentos, sob a direcção do academico Martinho Monte Raso.

Constantemente lhe são enviados volumes pelos autores e pessoas admiradoras da C. E. B. numa prova de attenção devotadora, ao mesmo tempo que permite aos estudantes recorrerem a maior numero de fontes de consultas.

A Bibliotheca acha-se tranqüillizada aos estudantes em geral das 3 às 15 horas, diariamente.

Absolvida pela quarta vez

S. PAULO, 10 (União) — Foi absolvida pelo Tribunal do Jury, a que presente pela quarta vez por haver assassinado seu marido José Petrucelli, em março de 1934, a conhecida em companhia de Virginia Trindade, a quem também absolveo com um tiro de revolver.

Syndicato Medico Brasileiro

Reunem-se, amanhã, às 11 horas, em sua sede a Avenida Almirante Barroso n.º 1, a andar, o Conselho Deliberativo do Syndicato Medico Brasileiro com a seguinte ordem do dia:

Eleição do thesoureiro; Projecto da Commissão Executiva relativo ao Theosourario; Estatutos da Casa do Medico.

Academia Nacional de Medicina

A Academia Nacional de Medicina reúne-se hoje em sessão ordinaria às 20.30 horas com a seguinte ordem do dia:

1) — "O chamado tifo exantematico de Minas Geraes", pelo academico Samuel Libanio.

2) — "Incidência da sífilis nervosa entre os presos da Casa de Detenção", pelo academico Valdemiro Pires em nome do dr. A. P. Pires.

Executado um espião

BERLIM, 14 (Gazeta) — Foi executado esta manhã Bernhard Sander, condenado a morte pelo tribunal do povo, accusado de espionagem. Foi preso em março de 1936 e "estava num serviço de informacão a uma potencia estrangeira", declara o communicado official.

METRO **AMANHÃ**

★ PRÉSEIO, 62 • TELS. 22 6490 - 6141 ★

O único cinema no Rio, dotado de poltronas estofadas e aparelhamento de ar condicionado.

MEIO DIA
2.30 • 5.00
7.30 E 10.15.

101, 22-0850

Com a partida hoje, pelo "Aratimbó", De Caballero, Isa Alves e as irmãs Lenk (estas a convite do Guanabara) que vão a Recife inaugurar a piscina do club, confirma-se um antigo "furo" de "A Nação"

CONCESSÃO ÚNICA DO GOVERNO DA REPÚBLICA

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

Contrato celebrado com o Governo Federal em 20 de Junho de 1932, e alterado pela Lei n.º 11.123, de 10 de Março de 1937

503.ª EXTRAÇÃO

PRÊMIO MAIOR:

200.000.000

PLANO X

Lista da extração de QUARTA-FEIRA, 10 de NOVEMBRO de 1937

4.660 PRÊMIOS

Nesta LISTA não figuram por extenso os números premiados pela terminação do último algarismo

Os bilhetes são litografados em papel branco, tinta rosa, fundo azul e numeração preta na frente, com a inscrição: Extração em 10 de Novembro de 1937 às 14 horas

Atenção: Verifiquem a terminação simples de seus BILHETES

Todos os números terminados em 2 têm 40\$000

Todos os números terminados em 2 têm 40\$000

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100

Todos os números terminados em 2 têm 40\$000

Todos os números terminados em 2 têm 40\$000

PLANO DA PRESENTE LISTA

PLANO X

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

O Esritório é a rua da Alfândega n.º 28, estará aberto para pagamentos todos os dias úteis, das 9 às 11 1/2 e das 13 1/2 às 16 horas, exceto nos dias feriados.

A Administração pagará o valor que representem os bilhetes premiados, durante os primeiros 6 meses da respectiva extração, ao seu portador, e não atenderá reclamação alguma por perda ou subtração de bilhetes.

No caso do prêmio maior caber ao número 1, serão considerados como aproximações o imediatamente superior e o último dos milhares que jogarem; sendo sortido o último, serão aproximações o imediatamente inferior e o primeiro, isto é, o número 1.

As extrações principiam às 14 horas

Plano da próxima extração em 13 de Novembro de 1937

PLANO V

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

PRÊMIO

503.ª Extração = Concessionário: João Leite Filho

O Fiscal do Governo: René Nosterde

O Ajudante do Fiscal do Governo: Darcy Sampaio Gonçalves

O Escrevente: Joaquim de Freitas Junior

= 503.ª Extração

